

14 JAN 2016

# GAZETA DO POVO

● OPERAÇÃO QUADRO NEGRO

## Propina para autoridades do PR era de até R\$ 800 mil em dinheiro vivo, diz 'laranja'

Segundo testemunha, dono de construtora acusada de desviar verba de escolas sacou R\$ 6 milhões na boca do caixa

*Rogério Waldrigues Galindo, Diego Ribeiro, Euclides Lucas Garcia e Catarina Scortecchi*

● Testemunhas ligadas à construtora Valor, responsável pelas obras investigadas na Operação Quadro Negro, afirmam que o dono da empresa fazia saques de até R\$ 800 mil em dinheiro vivo e que essa verba era repassada irregularmente a pessoas ligadas ao governo do Paraná. Segundo os depoimentos, ouvidos pelo Gaeco, o dinheiro era desviado de obras de escolas estaduais em um esquema que feria beneficiado autoridades do primeiro escalão.

Uma das testemunhas ouvidas pelo Gaeco, Vanessa Domingues de Oliveira, diz que os cheques usados para fazer os saques somaram R\$ 6 milhões. Vanessa, que diz ter sido sócia "laranja" da Valor, afirma que o desvio era feito por meio de falsas medições nas obras tocadas pela empresa. Os fiscais ordenavam o pagamento da obra afirmando que ela estava dentro do cronograma, o que não seria verdade. Segundo as testemunhas, houve casos em que

99% da obra havia sido paga quando só 10% tinham sido executados.

Úrsulla Andrea Ramos, que trabalhou como advogada da Valor, conta que quando soube das investigações foi falar com Eduardo Lopes de Souza, o verdadeiro dono da empresa, para saber o que se passava. "Ele me relatou o que tinha acontecido. Que havia as medições, que eram superfaturadas. Que havia um valor concretizado, realizado, e outro que era efetivamente medido e pago pelo governo. Nesta oportunidade eu falei: 'Espera lá. Para que isso? De que forma tem sido feito?' Aí ele me colocou que essa situação tinha sido feita para que fosse angariado dinheiro para que esse dinheiro fosse redestinado."

Segundo o depoimento de Vanessa, a verba era repassada para que a Valor ganhasse novas licitações. "Ele me contou que dava dinheiro para esse povo para agilizar o processo, porque achava que iria ganhar mais licitações. Com o dinheiro dessas outras licitações ele iria tocar essas outras dez obras que o dinheiro sumiu, que R\$ 24 milhões foram recebidos."

Entre as pessoas que teriam recebido dinheiro, segundo as testemunhas, estariam os deputados Ademar Traiano (PSDB), Plauto Miró (DEM) e Tiago Amaral (PSB), o conselheiro do Tribunal de Contas

Durval Amaral e o secretário estadual de Infraestrutura, Pepe Richa. Os deputados e Durval negam as acusações.

Pepe disse que não comentaria o caso. O governador Beto Richa (PSDB) também negou a denúncia de que dinheiro desviado teria sido usado em sua campanha de reeleição (leia mais na próxima página). As acusações contra políticos foram enviadas à Procuradoria-Geral da República.

Vanessa fala que os saques "aumentaram bastante" entre julho e agosto de 2014, por causa da campanha eleitoral. "Foram vários saques nesta época, de R\$ 200 mil, de R\$ 300 mil", disse ao Gaeco.

"Da conta da empresa, eu fiz um levantamento e deu mais de R\$ 6 milhões", diz ela, falando sobre o total sacado em dinheiro vivo. Segundo Vanessa, os valores eram entregues no estacionamento do banco a Eduardo. A ex-funcionária diz ter ouvido o patrão afirmar que o dinheiro seria dado a autoridades. Segundo ela, de todo o dinheiro que entrava, 2% eram destinados a Maurício Fanini, à época diretor da Secretaria da Educação. Fanini nega.

Colaborou Getúlio Xavier.

**CONTINUA**

14 JAN 2016

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### TESTA DE FERRO EM SILÊNCIO

Vanessa Domingues de Oliveira afirmou ao Gaeco que era funcionária da Valor, com salário de R\$ 5 mil. Passou a "sócia" porque Eduardo Lopes de Souza tinha restrições e não podia assumir formalmente a propriedade da construtora. Segundo Vanessa, para assumir como testa de ferro, ela recebeu um aumento de R\$ 1 mil.

Em depoimento, Eduardo Lopes de Souza se manteve em silêncio em pelo menos dois momentos. Não respondeu qual era a necessidade de transferir montantes expressivos da conta da Valor para as contas das duas laranjas da empresa. Também não se pronunciou se era praxe da construtora sacar quantias em dinheiro, de até R\$ 800 mil.

### DESVIO NA EDUCAÇÃO

Entenda como funcionava o esquema de corrupção que desviou recursos públicos destinados a obras em escolas estaduais no Paraná.

#### PROCESSO LICITATÓRIO



#### Adquirindo Know-how

Sem experiência em obras, a Valor adquiriu know-how em contratos com a **prefeitura de Bituruna**, no Sul do estado. Em alguns deles, o edital da licitação **não exigia experiências anteriores** das concorrentes, o chamado acervo técnico.

#### Preço abaixo da média

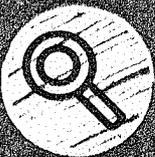
Agora, com a experiência necessária para poder disputar licitações da Secretaria estadual de Educação (Seed), a Valor usava a tática de oferecer descontos consideráveis para vencer as concorrentes. Num contrato com a pasta, por exemplo, o desconto oferecido foi de 29%.

#### Obras licitadas

No total, a Valor fechou 10 contratos com a pasta para reforma/ ampliação e construção de escolas em municípios de todo o estado.



#### FRAUDE NA FISCALIZAÇÃO



#### Como deveria ser

Numa licitação pública, a empresa vencedora não recebe o valor integral do contrato de uma única vez. Conforme se comprova o avanço no andamento da obra, os recursos são liberados gradualmente.

A Valor recebia a visita do fiscal do estado para vistoriar o andamento da obra.

O fiscal elaborava um relatório atestando medições muito maiores do que o que efetivamente já havia sido construído.

O governo, com base no relatório do fiscal, autorizava a liberação de parte do dinheiro da obra, acima do que deveria. Por exemplo, 10% construído, 99% de dinheiro liberado.



#### REPASSE DOS VALORES



1 A Valor sempre esteve no nome de laranjas. A atual proprietária, Vanessa Domingues de Oliveira, contou que chegou a sacar até R\$ 800 mil de obras da Seed na boca do caixa.

3 A partir daí, o dinheiro abasteceria campanhas no estado em 2014. Segundo Vanessa, Eduardo teria dito que repassou o dinheiro para:

- **Maurício Fanini**, ex-diretor da Seed;
- **Durval Amaral**, conselheiro do TC;
- **Pepe Richa**, secretário de Infraestrutura e irmão do governador;
- **Luz Abl**, primo do governador;
- **Julliano Borghetti**, irmão da vice-governadora Cida Borghetti (Pros).

Já Ursulla Andrea Ramos, ex-advogada da Valor, disse ao Gaeco que Eduardo informou a ela que os recursos abasteceram a campanha de políticos paranaenses em 2014:

- **Beto Richa** (PSDB), governador;
- **Ademar Traiano** (PSDB), deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa;
- **Plauto Miró** (DEM), dep. estadual e primeiro-secretário da Casa;
- **Tiago Amaral** (PSB), dep. estadual

Fonte: Redação.  
Infografia:  
Gazeta do Povo.

CONTINUA

# Richa: acusações de desvio para campanhas viraram “moda”

“Já é a minha 10.<sup>a</sup> campanha eleitoral e nunca aceitei qualquer tipo de doação que não tivesse uma origem lícita, muito menos desvio de recursos públicos.”

Beto Richa (PSDB), governador do Paraná.

Governador diz estar indignado por ter tido seu nome ligado ao esquema de desvio de dinheiro de obras de escolas estaduais

*Kelli Kadamus*

■ O governador Beto Richa (PSDB) negou na quarta-feira (13) que o dinheiro supostamente desviado de obras em escolas estaduais tenha abastecido sua campanha à reeleição, em 2014. Segundo o tucaño, acusações de desvio de recursos públicos para campanhas eleitorais viraram “moda”. “Agora parece que virou moda. Qualquer um que é pego praticando algum ato de corrupção, algum ato ilícito, [diz] ‘Ah, isso aqui é para campanha eleitoral’”, afirma Richa. Na edição da quarta-feira (13), a **Gazeta do Povo** mostrou que uma investigada pela Operação Quadro Negro disse ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco)

que a campanha de Richa teria recebido dinheiro desviado das obras de escolas.

O governador afirmou ainda estar indignado com as afirmações e que as denúncias são levianas. “Até mesmo porque já é a minha décima campanha eleitoral e nunca aceitei qualquer tipo de doação que não tivesse uma origem lícita, muito menos desvio de recursos públicos. Não aceito essa afirmação”, disse. “Eu quero que prove [as denúncias], porque eu vou pedir a reparação de qualquer dano a minha imagem e reputação, porque com a minha honra ninguém mexe.”

Richa lembrou ainda que o governo foi o responsável por iniciar as investigações de irregularidades na Secretaria da Educação. “Nós estamos cobrando, e vamos atrás para ressarcir os cofres públicos desses desvios. Quem age assim obviamente não tem nenhum envolvimento e eu não aceito essa denúncia”, afirmou o governador.

Também foram citados por investigadas pela operação os nomes do secretário estadual de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, o ‘Pepe’, irmão do governador; do presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), Ademar Traiano (PSDB); do primeiro-secretário da Assembleia, Plauto Miró (DEM); do deputado estadual Tiago Amaral (PSB); e do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e ex-secretário-chefe da Casa Civil, Durval Amaral (pai de Tiago).

A Operação Quadro Negro apura o desvio de quase R\$ 20 milhões destinados a obras de escolas estaduais do Paraná.

## CONTINUA

14 JAN 2016

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## "Sobra" da Alep pagou por aditivo suspeito

Catarina Scortecchi

Um aditivo de mais de R\$ 1 milhão pago pela Secretaria de Estado da Educação (Seed) à construtora Valor, empresa investigada pela Operação Quadro Negro, saiu da chamada "sobra orçamentária" de 2014 da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). O fato foi observado em meados do ano passado por servidores da 7.<sup>a</sup> Inspeção do Tribunal de Contas do Paraná (TC), que identificaram a fonte do aditivo no momento em que apuravam irregularidades no contrato da empresa com a Seed para a construção do Colégio Estadual Jardim Paulista, em Campina Grande do Sul, na Grande Curitiba.

Agora, sabe-se que políticos, incluindo deputados estaduais, foram citados em de-

poimentos colhidos pelo Gaeco como possíveis beneficiários dos valores desviados. Reportagem da edição de quarta-feira (13) da **Gazeta do Povo** mostrou que investigadas pela operação citaram o presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB); o primeiro-secretário da Casa, Plauto Miró (DEM); e o deputado estadual Tiago Amaral (PSB). Também foram envolvidos nos depoimentos o governador Beto Richa (PSDB), seu irmão Pepe Richa (secretário estadual de Infraestrutura e Logística) e o conselheiro do TC Durval Amaral.

### Tipo de solo

De acordo com o relatório de irregularidades do TC, pela construção da escola em Campina Grande do Sul, a empresa já tinha recebido

cerca de R\$ 4,7 milhões, incluindo o aditivo. Isso representa um valor superior ao total do próprio contrato, previsto inicialmente em R\$ 4,2 milhões. O valor foi repassado desde o início do contrato, em abril de 2014, até maio de 2015. Mas, nesse período, a empresa executou somente 10,35% da obra.

Em dezembro de 2014, acatando um pedido da empresa, a Seed autorizou o pagamento do aditivo de pouco mais de R\$ 1 milhão. A justificativa para aumentar o valor da obra foi problemas com o "tipo de solo". Para atender ao pedido da empresa, a Seed recorreu a recursos repassados do Legislativo ao Executivo no fim do exercício de 2014, quando o então deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB), hoje na Câmara Federal, presidia a Assembleia.



Richa, Plauto e Rossoni, com o cheque dos R\$ 230 milhões devolvidos em 2014: R\$ 1 milhão pagou por aditivo de obra suspeita.

14 JAN 2016

## GAZETA DO POVO

# Justiça dá prazo para o estado pagar R\$ 15 mi da Arena à prefeitura

Governo tem até o dia 18 para quitar a dívida para a reforma do estádio do Atlético. Estado diz que vai recorrer

| *Julio Filho*

• A Justiça determinou que o governo do estado tem até a próxima segunda-feira (18) para repassar à prefeitura de Curitiba R\$ 15,6 milhões, valor pendente do acordo tripartite firmado entre o poder público e o Atlético para a Copa do Mundo de 2014. Em caso de não pagamento, a determinação judicial estabelece multa diária de R\$ 50 mil e apuração de eventual improbidade administrativa.

A decisão foi assinada em 8 de janeiro pelo juiz Fernando Andreoni Vasconcellos, da 1.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. O governo foi notificado em 11 de janeiro, data a partir da qual foi estabelecido o prazo de cinco dias úteis para o pagamento.

“A prefeitura aguarda o cumprimento da ordem judicial por parte do estado, dentro do prazo estabelecido pela Justiça”, cobra a administração municipal, via assessoria. O governo do estado irá recorrer da decisão nesta quinta-feira (14). “O governo entende que o valor pleiteado não é devido e que a prefeitura não cumpriu com todas as obrigações que lhe foram imputadas”, rebate o estado.

O valor cobrado integra os R\$ 61,5 milhões da parte do estado no acordo tripartite firmado para a reforma da Arena da Baixada. Atlético e prefeitura também se responsabilizaram por R\$ 61,5 milhões cada um, conforme a previsão inicial do orçamento, de R\$ 184,6 milhões.

A parcela do estado deveria ser repassada à prefeitura para obras relacionadas ao evento. Por sua vez, a prefeitura repassaria em títulos de potencial construtivo R\$ 128 milhões (soma da parte de prefeitura e governo, mais a valorização dos papéis imobiliários) para a construção da casa atleticana.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### ENTENDA OCASO

14 JAN 2016

Veja como foi feita a engenharia financeira criada para garantir o uso do estádio na Copa de 2014

● Governo do estado, prefeitura e Atlético se responsabilizam, cada um, por 1/3 dos R\$ 184,6 milhões do total da Arena (ou seja, R\$ 61,5 milhões).

● A parte do governo estadual é repassada à prefeitura em recursos para obras relativas ao Mundial. O estado também se compromete, via Fomento Paraná, a pegar emprestado R\$ 138,4 milhões do BNDES. O dinheiro é repassado ao Furação. O poder público dá como garantia do empréstimo sua fatia do Fundo de Participação do Estado – verba do governo federal.

● A prefeitura vende títulos do potencial construtivo no valor de R\$ 128 milhões para custear sua parte e a do governo do estado. O município negocia os papéis no mercado em nome do Atlético.

● No fim da obra, o Atlético alega que a Arena custou R\$ 346,2 milhões e cobra que esse montante seja dividido pelos "parceiros", alterando a conta. O estado, que ainda devia R\$ 15,6 milhões ao município, acena no fim de 2015 com a possibilidade de atender à demanda rubro-negra, mas a prefeitura se recusa.

● A Justiça determina em dezembro que os R\$ 15,6 milhões sejam pagos à prefeitura antes do início de 2016. O estado recorre, pede mais 30 dias para arcar com a despesa, mas, sem o aval do município, tem o desejo negado. O governo então é intimado no dia 11/1 a pagar a dívida em cinco dias úteis (18/1). A multa diária para descumprimento é de R\$ 50 mil.

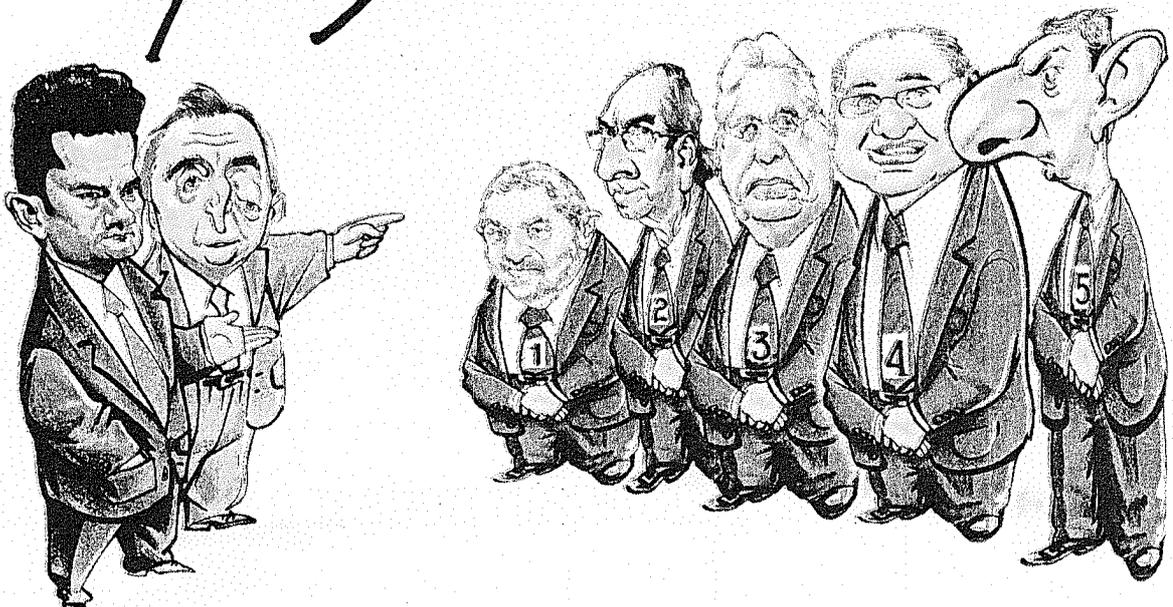
14 JAN 2016

# GAZETA DO POVO

PAIXÃO

QUAL DELES?

TODOS



14 JAN 2016

# GAZETA DO POVO

## ● LAVA JATO

### **Collor recebeu de Lula 'ascendência' sobre a BR Distribuidora, afirma Janot**

● Em denúncia contra o deputado Vander Loubet (PT-MS), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou que em 2009 o senador Fernando Collor (PTB-AL) obteve do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva "ascendência" sobre a BR Distribuidora. Segundo Janot, naquele ano, parte da subsidiária da Petrobras "foi entregue" a Collor. Loubet é acusado de ter recebido R\$ 1 milhão em propina no âmbito da empresa.

Fernando Collor foi presidente entre 1990 e 1992, quando sofreu um impeachment. "Na condição de senador pelo Partido Trabalhista Brasileiro do Estado de Alagoas - PTB/AL, por volta do ano de 2009, em troca de apoio político à base governista no Congresso Nacional, obteve do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ascendência sobre a Petrobras Distribuidora S/A - BR Distribuidora", afirmou Janot. Pelo menos três delações da Lava Jato também citam a relação de Collor com a BR Distribuidora.

Janot afirmou que "o grande agente" do senador era Pedro Paulo Leoni Ramos, ex-ministro do governo Collor.

Procurado, o Instituto Lula informou que não vai comentar. Já Rogério Marcolini, advogado de Collor, disse que o senador não é acusado na referida denúncia, não é parte no mencionado processo, e, portanto, não comentará as conjecturas e especulações do Dr. Rodrigo Janot.

A assessoria de imprensa de Pedro Paulo Leoni Ramos informou que não vai se manifestar por não ter tido acesso ao teor da denúncia.

14 JAN 2016

## BEMPARANÁ

**Caso Carli Filho —**

### **TJ-PR vai distribuir senha**

Em razão do elevado número de pessoas interessadas em acompanhar o júri popular do ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho, nos dias 21 e 22 de janeiro, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) vai distribuir senhas de acesso no dia 19 de janeiro, das 14 às 18 horas, no prédio do Tribunal do Júri, no Centro Cívico. Os interessados devem comparecer ao local com documento com foto. Serão distribuídas 170 senhas, pessoais e intransferíveis, por ordem de chegada.

14 JAN 2016

Paraná Portal

**RUY BARROZORUY BARROZO**



Publicado 13 de janeiro de 2016 às 23h44

### **Caso Ribas Carli**

O Tribunal de Justiça do Paraná divulgou ontem em seu site – [www.tjpr.jus.br](http://www.tjpr.jus.br) como se credenciar, e outras orientações, para o julgamento popular do ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho, que acontecerá nos próximos dias 21 e 22, a partir das 9 horas.

14 JAN 2016

## FOLHA DE LONDRINA MILITÃO

### UM BILHÃO E MEIO DE REAIS!



O advogado londrinense Narciso Ferreira envia à Coluna a sua opinião sobre uma afirmação do secretário da Fazenda do Estado do Paraná em dezembro último, que disse que os poderes Judiciário, Legislativo, Tribunal de Contas e também o Ministério Público são verdadeiras “ilhas de prosperidade”, pelo fato de que eles têm em seus caixas sobras orçamentárias superiores a um bilhão e meio de reais e que estão aplicadas em redes bancárias, rendendo juros e correção financeira. Para Narciso Ferreira, esses poderes deveriam devolver essas sobras para os cofres do governo do Estado. E disse mais: - “Penso que a OAB paranaense deveria fazer campanha para a devolução dessas sobras aos cofres do Estado”.

14 JAN 2016

# FOLHA DE LONDRINA

## Dinheiro para escolas teria abastecido campanha no Paraná

Edson Ferreira  
Reportagem Local

O Ministério Público (MP) do Paraná confirmou ontem à FOLHA que encaminhou à Procuradoria Geral da República (PGR) investigação da Operação Quadro Negro que aponta que parte do dinheiro desviado pela Valor Construtora e Serviços Ambientais, de Curitiba, que deveria ser usado para a construção de escolas no Paraná, teria supostamente irrigado a campanha eleitoral no Paraná. Em denúncia feita ao MP, a ex-procuradora jurídica da empresa Úrsula Andrea Ramos afirmou que o dinheiro teria sido repassado para a reeleição do governador Beto Richa (PSDB) e de, pelo menos, três deputados estaduais da base aliada. Úrsula também é investigada pela operação que apura fraudes na fiscalização das obras executadas pela construtora e pagamentos ilegais feitos pelo governo que chegariam a R\$ 18 milhões.

No depoimento prestado aos investigadores, revelado ontem pela imprensa, Úrsula cita como beneficiários dos recursos, além de Beto, o presidente da Assembleia Legislativa (AL) Ademar Traiano (PSDB), o primeiro-secretário da Casa, Plauto Miró (DEM) e Tiago Amaral (PSB), filho do conselheiro do Tribunal de Contas (TC) do Paraná, Durval Amaral.

O MP encaminhou a investigação à PGR "por haver citação de pessoas com foro no STJ (Superior Tribunal de Justiça)". Somente o chefe do Executivo estadual tem essa prerrogativa, enquanto que para os parlamentares, a instância suficiente seria o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Agora caberá ao procurador da República, Rodrigo Janot, decidir sobre a continuidade da apuração e o possível desmembramento. Uma fonte ligada às investigações confirmou que "houve alusão que parte dos recursos foi destinada para campanha eleitoral, mas não há até agora confirmação sobre isso". Acompanhada de advogados e de um representante da OAB, ela narrou conversa com o dono da Valor, Eduardo Lopes de Souza, preso na primeira fase da Quadro Negro, em que questiona destino do dinheiro. Na resposta, o advogado teria revelado que repassou os valores "para a campanha do governador Beto Richa e para essas três pessoas (Traiano, Tiago e Plauto)". Úrsula afirmou ainda que Eduardo tem gravações de supostas conversas que confirmariam os repasses para a campanha tucana.

### OUTRO LADO

O governador Beto Richa (PSDB) disse, por meio de nota, que está indignado

com "essa tentativa leviana de envolver meu nome em crimes praticados por terceiros contra a administração pública". "Não aceito suspeições descabidas, infundadas e sem nenhuma comprovação fática", acrescentou.

Segundo Beto, as irregularidades em obras da Construtora Valor foram descobertas pelo sistema de controle interno do governo e se transformaram em sindicância aberta em maio de 2015, pela Secretaria da Educação, e, em seguida, em inquérito aberto pela Polícia Civil. "Desde o início, o Governo vem tomando todas as medidas necessárias para apurar o caso, punir desvios de conduta e recuperar recursos desviados." A empresa e seus sócios já foram declarados inidôneos para prestar serviços à administração pública e "todos os servidores públicos investigados - seis diretores, engenheiros e fiscais das obras - foram demitidos ou exonerados de seus cargos", finaliza o tucano.

O PSDB do Paraná afirmou que "não recebeu qualquer doação da empresa Valor Construtora para a campanha eleitoral de 2014".

**CONTINUA**

14 JAN 2016

## FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

# Parlamentares negam ligação com Operação Quadro Negro

O presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Ademar Traiano (PSDB), classificou de "armação" a citação do nome dele como possível beneficiário de recursos desviados pela Valor Construtora. "Repudio completamente a tentativa de envolver meu nome nas investigações da chamada Operação Quadro Negro. Essa tentativa não passa de uma armação política grosseira, que não tem qualquer amparo na verdade", disse, por meio de nota.

Traiano afirmou que não recebeu recurso da

empresa na campanha eleitoral. "Não tenho qualquer participação nesse episódio e parece que virou moda, nos últimos tempos, tentar justificar crimes cometidos contra a administração pública imputando responsabilidade a agentes políticos."

A assessoria do deputado estadual Plauto Miró (DEM), primeiro-secretário da AL, também se manifestou por meio de nota, afirmando que "não tem como se manifestar sobre um pretense depoimento, replicado pela imprensa, em que seu nome é citado

num contexto desconhecido a respeito de uma situação que jamais participou". O deputado "espera que as possíveis investigações sejam ágeis, para que a verdade possa imperar em qualquer foro, em qualquer instância e sempre dentro do princípio da legalidade", diz a nota, que chama, ainda, as acusações de "ilações desprovidas de fundamento".

A reportagem não conseguiu falar com o deputado Tiago Amaral. Ele não retornou ao recado deixado no celular e, no gabinete da AL, ninguém atendeu. (E.E)



O presidente da AL, Ademar Traiano (PSDB), e o deputado Plauto Miró (DEM) negaram as acusações

14 JAN 2016

## FOLHA DE LONDRINA

# No Paraná, OAB 'recomenda' doze cursos de Direito

**Brasília** - Dos 1.266 cursos de Direito em todo o País, 139 (11%) receberam ontem selo de qualidade distribuído pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), o "Recomenda OAB", que está em sua quinta edição. São 78 faculdades públicas e 61 privadas que alcançaram alto índice de aprovação nos exames da OAB nos últimos quatro anos e bom desempenho no Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), do Ministério da Educação.

A unidade da federação com mais cursos certificados foi Minas Gerais, com 21. Em São Paulo, foram 18. E no Paraná, 12. São elas: Centro Universitário Curitiba - Unicuritiba; Centro Universitário Franciscano do Paraná - FAE; Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel - Univel; Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR; Universidade Federal do Paraná - UFPR; Universidade Positivo - UP; Universidade Norte do Paraná - Unopar; Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP; Universidade Estadual de Londrina - UEL; Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste; Universidade Estadual de Maringá - UEM e Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

A OAB avaliou 1.071 cursos, exigindo a participação de uma média de 20 alunos ao longo dos quatro exames anteriores. Uma comissão da OAB analisou também se os professores são capacitados, a titulação dos docentes e se há dedicação integral. A Ordem também verificou a estrutura que os cursos de Direito oferecem aos alunos. A primeira edição do selo ocorreu em 2001, quando 52 faculdades receberam o certificado. Na penúltima edição, em 2011, foram 89 cursos.

**MAZZA**

**Júri do ano**

O júri do ex-deputado Ribas Carli já está definitivamente marcado e a Justiça vai distribuir 130 senhas entre interessados em assisti-lo. Senhas serão nominais.

14 JAN 2016

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Richa nega acusações de desvio para campanha

## ■ Acusada na Operação Quadro negro citou governador

O governador Beto Richa (PSDB) negou que tenha recebido parte do dinheiro desviado de obras em escolas estaduais para a sua campanha à reeleição, em 2014. "Estou muito indignado com essas afirmações, são denúncias levianas e infundadas, sem nenhum elemento concreto", disse

durante coletiva realizada nesta quarta-feira (13).

Richa ainda declarou que acusações de desvios públicos para campanhas eleitorais viraram "moda". Segundo reportagem do jornal publicada ontem, três investigadas na Operação Quadro Negro citaram o nome do governador como supostamente

envolvido no esquema.

"Parece que virou moda, qualquer um que é pego praticando algum ato de corrupção, algum ato ilícito, diz 'ah, isso é para campanha eleitoral'. Eles tentam caluniar, difamar e desviar os fatos das denúncias. Eu quero que provem", completou o governador. ●

## TRIBUNA DO PARANÁ

### NEGOU TUDO

O governador Beto Richa (PSDB) negou ontem que o dinheiro supostamente desviado de obras em escolas estaduais tenha abastecido sua campanha à reeleição, em 2014. Segundo o tucano, acusações de desvio de recursos públicos para campanhas eleitorais viraram "moda". "Agora parece que virou moda. Qualquer um que é pego praticando algum ato de corrupção, algum ato ilícito, [diz] 'Ah, isso aqui é para campanha eleitoral'", afirmou Richa. A declaração do governador serviu de resposta a uma reportagem publicada ontem no jornal Gazeta do Povo, que mostrava que três pessoas investigadas na Operação Quadro Negro citaram ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), como supostamente envolvido, o nome de Beto Richa. Também foram citados pelas investigadas os nomes do secretário estadual de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, o "Pepe", irmão do governador; do presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), Ademar Traiano (PSDB); do primeiro-secretário da Assembleia, Plauto Miró (DEM); e do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e ex-secretário-chefe da Casa Civil, Durval Amaral.

14 JAN 2016

# JORNAL DO ÔNIBUS

**EDITORIAL**

## Justiça precisa manter a credibilidade

Os dois últimos anos marcaram a sociedade brasileira em movimentos contra os políticos de modo geral. Os casos do mensalão e da Lava Jato mostraram ao público parte do sistema do país, completamente deteriorado e que precisa ser mudado completamente em um período curto de tempo. Neste tempo todo, o Poder Judiciário desempenhou um papel que nunca havia desempenhado antes na história do Brasil.

Políticos e empresários influentes foram parar atrás das grades. Há muito pouco tempo, não se cogitava a possibilidade de investigar um deputado, muito menos um senador, e menos ainda um empreiteiro. O poder tornava as pessoas imunes às leis.

Mas o Judiciário, ao mesmo tempo, que mostrou lisura nestes processos, tornou-se a última esperança dos brasileiros, uma vez que os poderes Executivo e Legislativo estão em profunda crise. A conclusão é óbvia: neste momento, é fundamental que os homens da Justiça mantenham a fé dos cidadãos. ■

14 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

# Lei dá mais poder a advogados em inquéritos

Estatuto da Advocacia é ampliado e passa a garantir maior participação da defesa mesmo durante investigações

**Defensores terão acesso a apurações conduzidas por qualquer órgão; OAB e delegados aprovam novas regras**

A presidente Dilma Rousseff sancionou uma lei ampliando o Estatuto da Advocacia para dar mais prerrogativas à atuação de advogados em investigações.

Pela nova regra, publicada nesta quarta (13) no "Diário Oficial da União", advogados passam a poder examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos em flagrante e apurações de toda natureza.

Isso vale para processo em andamento ou concluído. Esse direito já era assegurado para atuação nas delegacias de polícia, mas não liberava o acesso a outras instituições, como o Ministério Público.

Segundo especialistas, a legislação vai autorizar o acesso à instrução de procedimentos fechados, como análises feitas pelo Banco Central e pela Receita Federal, além de procedimentos administrativos, como os que investigam servidores públicos.

Fica liberada a cópia de peças, em meio físico ou digital, de todos os documentos, mesmo com o caso em andamento. Os advogados também poderão apresentar o contraditório e fazer pedidos,

como a realização de diligências, durante a apuração de infrações para dar assistência a seus clientes.

O projeto da lei aprovado pelo Congresso, autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), previa que os advogados poderiam requisitar as diligências. Dilma vetou essa possibilidade por recomendação do Ministério da Justiça.

O argumento é de que, "da forma como [foi] redigido, o dispositivo poderia levar à interpretação equivocada de que a requisição a que faz referência seria mandatória, resultando em embaraços no âmbito de investigações e consequentes prejuízos à administração da Justiça".

## SEGREDO DE JUSTIÇA

Em processos sob segredo de Justiça, o advogado terá que ter uma procuração do cliente para ter acesso às investigações nos moldes do que foi definido pela nova lei.

A autoridade poderá limitar o acesso do advogado aos documentos se considerar que haverá prejuízo para diligências em andamento, mas poderá ser responsabilizada penalmente, por abuso de poder, se impedir o acesso com o intuito de prejudicar o exercício da defesa.

"O advogado não podia sequer questionar o delegado, apresentar requerimentos, apresentar razões, defender

o seu cliente, às vezes não tinha acesso aos autos. Agora, o advogado poderá defender o cidadão. Vem para fortalecer o exercício da advocacia, mas vem muito fortemente para beneficiar o cidadão que é investigado", afirmou o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Marcus Vinicius Furtado Coelho.

Em nota, a ADPF (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal) disse que "vê com bons olhos" a nova lei. A entidade, que vive uma briga histórica com os procuradores, aproveitou para provocar o Ministério Público.

"A ADPF entende que essa lei atualiza o inquérito policial quando prestigia a paridade de armas entre a acusação, exercida pelo Ministério Público, e a defesa, permitindo ao delegado apurar a realidade dos fatos com maior profundidade, de forma imparcial e isenta, inclusive com a apreciação dos fatos apresentados pelo investigado em sua defesa."

Dilma também sancionou outra lei que permite a criação de sociedades unipessoais (ou individuais) de advogados. A nova figura societária dá as mesmas proteções que têm as pessoas jurídicas, como menor carga tributária.

14 JAN 2016

# FOLHA DE S. PAULO

## PSDB estuda incluir fala de delator contra Dilma em ação no TSE

Cerveró disse ter ouvido de Collor que petista colocou à disposição dele cargos em estatal

DE BRASÍLIA

Os advogados que atuam nos processos movidos pelo PSDB contra a presidente Dilma Rousseff no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) estudam pedir a anexação da delação do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró aos autos que já tramitam na Corte.

A discussão da estratégia ainda está restrita à área jurídica da sigla.

A banca constituída pelo partido avalia que as informações sobre o conteúdo da delação de Cerveró reveladas até agora demonstrariam um “envolvimento mais direto” do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma no escândalo da Petrobras.

No TSE, os tucanos afirmam que houve abuso de poder político e econômico na campanha que levou à reeleição da petista, em 2014.

Para dar força à tese que sustentam, eles já pediram, por exemplo, a inclusão dos termos da delação de outro acusado no escândalo, o empreiteiro Ricardo Pessoa, dono da UTC, à ação contra Dilma. A campanha da petista nega ter cometido qualquer irregularidade.

Cerveró pode se tornar, portanto, o segundo delator a ter os depoimentos anexados às ações que tramitam na Justiça Eleitoral. O advogado Flávio Costa, que atua no caso pelo PSDB, diz que aguardará os desdobramentos sobre a delação de Cerveró para definir o caminho a ser seguido no TSE.

“O que sabemos até agora foi o que vimos na imprensa. O pedido para anexar a delação de Cerveró depende da análise concreta do conjunto das informações”, disse ele.

Entre outras acusações, Cerveró disse ter ouvido do senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL) que a presidente Dilma havia colocado à disposição do político todos os cargos de chefia da BR Distribuidora, um dos focos de pagamento de propina na Petrobras, segundo a Procuradoria-Geral da República.

Poder semelhante já havia sido dado ao alagoano também pelo ex-presidente Lula, conforme alegou o delator.

Cerveró disse ainda acreditar que foi mantido no cargo de diretor da BR Distribuidora para que “não atrapalhasse negócios conduzidos” por Collor na estatal.